

OS VALORES ÉTICOS E A VIDA

A. MACHADO PAUPERIO
Professor Emérito da UFRJ
Membro Titular da Academia

SUMÁRIO

1. A ética de KANT e a ética de SCHELER.
2. Os valores e a história.
3. A disparidade de critérios em questões éticas.
4. O bem e o mal perante a realidade.
5. Os valores básicos: o útil, o bom, o belo e o santo. Hierarquia e fundamentação dos valores. HARTMANN e SCHELER. Força e precedência dos valores inferiores e mais sociais e altura dos valores superiores, de fundo predominantemente pessoal.
6. O valor e a finalidade.
7. Valores genuínos ou autênticos e valores derivados ou instrumentais.
8. O fim como intenção (*Ziel*), como término (*Ende*) e como valor (*Zweck*). Os reflexos axiológicos da vida humana.
9. O psicologismo, o subjetivismo e a relativização do valor.
10. As conclusões axiológicas de Scheler: a intuição material do valor, a fundamentação total do valor em Deus e a divisão do valor em pessoal e não pessoal.
11. A liberdade moral como causa metafísica do valor. O determinismo inferior da natureza. A primazia da razão sobre a liberdade e a primazia da vontade.
12. As virtudes capitais: a humildade, a perseverança e a prudência.
13. A obrigatoriedade dos valores éticos.
14. Direito e Axiologia. Idéias fundamentais do direito: a idéia de justiça e a idéia de liberdade moral.
15. Classificação dos valores ou das virtudes. As quatro virtudes cardiais: a fortaleza, a justiça, a prudência e a temperança.
16. O respeito à natureza em geral e à vida humana.
17. A superioridade ontológica do homem e a dignidade de sua liberdade. A falta de respeito à pessoa humana, no âmbito pessoal e social.
18. Os quatro subvalores da paz: igualdade, democracia, suficiência e subsidiariedade.

19. Os três subvalores da solidariedade: a participação política, a obediência social e o trabalho; e os três subvalores da equidade: a veracidade, a lealdade e a gratidão.
20. Os valores de autodomínio: a temperança e a sobriedade. Subvalores respectivos: mansidão, castidade e valentia; austeridade, modéstia e discreção.

1. Ao estudar a filosofia dos valores, temos que concordar em que KANT e SCHELER ocupam lugares preeminentes. Enquanto KANT foi ao enalço do elemento formal da axiologia, SCHELER chegou antes de qualquer um à intuição material dos valores.

Embora KANT não pretendesse sistematizar uma filosofia dos valores no sentido atual, construiu sem sentir uma axiologia. Dentro de suas três críticas, da Razão Pura, da Razão Prática e do Juízo, levantam-se os três valores fundamentais: a Verdade, a Bondade e a Beleza. Antes de KANT, chegáramos ao *dever ser* partindo sempre do *ser*. Com ele justificou-se o *dever ser* por si mesmo, sem raízes no *ser*. “Duas coisas encham o ânimo com maravilha e temor, sempre novas e crescentes, cada vez que o pensamento as considera: o céu estrelado sobre mim e a lei moral dentro de mim” (v. E. KANT, *Kritik der praktischen Vernunft*, Ed. Akademia, tomo V, s. 288).

De outro lado, a ética de Scheler foi resultado do desenvolvimento da análise fenomenológica entrevista por HUSSERL, que chegou a sugerir a possibilidade de uma fenomenologia do valor.

2. A rigor, a realização de um valor ou de um antivalor é um fato histórico e irrepetível. No final das contas, a liberdade é a causa metafísica do valor.

No fundo, os valores são construções lógicas que dirigem o comportamento humano. Daí a conexão entre os valores e a história, estudada pela escola de Baden, capitaneada por RICKERT e WINDELBAND, que representaram em fins do século passado na Alemanha um movimento de retorno a KANT.

A causalidade metafísica do valor não deixa, entretanto, de apresentar íntima relação com a finalidade. Não se pode compreender a biografia ou a história sem nos referirmos aos valores que nortearam a ação dos homens e dos grupos humanos. Como ação, todo fato histórico implica na diretriz de seus agentes. Num ser do-

tado de liberdade pessoal como o homem, suas ações só se fazem inteligíveis à luz do princípio da finalidade.

Se a causalidade é própria do reino da natureza, não o é do reino da liberdade.

3. Para captar os valores com precisão, requer-se conhecimento adequado, sem o qual nos podemos enganar, como nos enganamos nas próprias disciplinas ditas exatas.

A disparidade de critérios em questões éticas, como sabemos, é muito comum. Entre o que se deve restituir e o que deve ser indenizado é freqüente a discordância do conceito de justiça. Nem por isso, porém, estamos impossibilitados de alcançar-lhe um conceito objetivo.

Bom é o que concorda com a natureza do homem. Mal, o que contraria esta mesma natureza. Mas a noção de natureza humana torna-se profundamente relativa se se torna impossível a metafísica das essências.

Por isso, a doutrina aristotélico-tomista entende que a natureza do homem não se infere do que este faz mas do que deve fazer. O que se deve fazer não é uma realidade ontológica. Não existe como uma pedra ou um beliscão. O dever-ser não se infere do ser, nem o dever-fazer do fazer. Se o que se faz é *a*, o que se deve fazer é uma incógnita de difícil solução para a Escolástica, que não admite outra intuição que a do ser.

Dizer que “os valores valem mas não são” é fórmula de certo modo insustentável.

A rigor, a axiologia não necessita de nenhum outro conhecimento complementar, constituindo uma intuição direta e imediata dos valores, justificável por si própria.

4. O bem e o mal não se afastam da realidade. Vê-se aí a polarização do valor. Dessa maneira, há não só valores positivos como negativos.

Não podemos, assim, aceitar a afirmação *Ens et bonum convertuntur*, embora o valor haja de apoiar-se no ser. Tinha razão Santo Tomás quando dizia: *Impossibile est aliquid esse bonum quod non sit ens*.

Embora a intuição material dos valores estivesse estampada nos *Principia Ethica*, de GEORGE EDWARD MOORE, publicados em 1903, sem que os conhecesse Max Scheler, foi graças a este que ela se vulgarizou por intermédio de sua *Ética*, aparecida em 1913.

Do mesmo modo que se pode explicar qualquer cor por intermédio das vibrações, não deixa ela de ser percebida primária e intuitivamente por nós.

Analogamente, dá-se isso com o bem, que pode ser percebido sem que necessite de qualquer explicação ou experiência.

Daí nasce uma obrigação *a priori* ou *formal*, dentro da terminologia kantiana. Contudo, não sou a rigor bom quando faço ou omito algo somente com a preocupação de manter boa a consciência. Estaria aí diante de um puro farisaísmo.

SCHELER entende que os valores existem e são reais, mas não como as coisas ou os entes. A realidade do valor, explicou-a, porém, HARTMANN, dizendo que os valores dispõem de uma existência ideal, à guisa de idéias platônicas.

Na verdade, é no âmbito das ações humanas que se encontra o autêntico valor. Ao falar SCHELER do bom gosto de uma fruta ou de um manjar, parece confundir valores presuntivos com meras valorações. No caso, não haveria valores objetivos mas simples valorações subjetivas. Atribuo valor ao paladar pela circunstância de me proporcionar prazer pelo gosto agradável.

Os valores não podem dissociar-se de todo do coração e do sentimento. Mas o *emotivismo radical* é tão censurável quanto o *racionalismo absoluto*. KANT, em sua preocupação racionalista, esqueceu o coração, que tem uma ordem ou uma lógica, segundo a célebre frase de PASCAL, que não deixou de influenciar SCHELER: *O coração tem razões que a razão desconhece*. O conhecimento axiológico, de ordem prática, não visa só ao saber mas ao saber para viver.

5. Os valores básicos são quatro: o útil, o bom, o belo e o santo, ligados ao econômico, ao ético, ao estético e ao ascético.

HARTMANN e SCHELER confundiram a hierarquia com a fundamentação dos valores, que é, esta última, uma teoria para explicar a hierarquia. Por isso, enquanto a ética de SCHELER é teísta na sua

fundamentação ascendente, a de HARTMANN é atéia na sua fundamentação descendente.

HARTMANN viu, porém, com muita acuidade a maior gravidade da violação dos valores inferiores e, em consequência, a prioridade temporal dos valores mais baixos. Os valores superiores, a rigor, só são se previamente tenhamos vivido os inferiores.

Nenhum valor, por exemplo, teria a caridade precedida de injustiça. Do mesmo modo, as demonstrações de amizade seriam vãs a quem tivéssemos lesado em seus direitos básicos. Só com o respeito do direito, deixa a amizade de ser hipócrita.

Dentro de tal hierarquia, HARTMANN não soube, porém, separar a força dos valores da sua altura, colocando-os numa mesma linha vertical e contrapondo-os nos dois sentidos possíveis dentro de uma mesma dimensão.

No fundo a visão de SCHELER e de HARTMANN na sua unilateralidade se completa. A rigor, a conexão entre a altura e a força dos valores não foi vista com clareza por aqueles dois autores.

Se os valores econômicos devem ser vividos antes dos éticos, do mesmo modo estes devem ser vividos antes dos estéticos. A amabilidade do injusto só pode provocar repulsa e indignação.

A arte, qualquer que ela seja, há de subordinar-se à ética.

Os valores religiosos, por seu turno, implicam na vida dos valores inferiores.

À proporção que se sobe na escala dos valores, vai desaparecendo a uniformidade e fazendo-se sentir a diversidade. Nos valores inferiores, vemos a igualdade, enquanto nos superiores, a comum divergência.

Nos valores mais baixos, o social tem predominância sobre o pessoal. Nos mais altos, dá-se o inverso. Força é lembrar-se, porém, que o socialismo integral é pior ainda que o individualismo total.

Entre os prejuízos acarretados pelo liberalismo-capitalismo aos valores mais baixos e os ocasionados pelo totalitarismo-comunismo aos valores mais altos, talvez sejam piores os danos de uma pretensa justiça sem liberdade.

O que importa ressaltar no caso é que é muito mais importante o engrandecimento da pessoa que o da sociedade. Ao chegar aos valo-

res mais altos, aos valores ascéticos, reduzem-se como por encanto ao mínimo as exigências sociais.

Em busca dos valores mais altos, entretanto, não só se torna mais árduo o caminho como se exige em geral a prévia realização dos valores mais baixos.

6. Todo dever, como diz SCHELER, se funda sobre um valor.

A própria Biologia deixa a causalidade de lado para cair quase espontaneamente na finalidade.

Sem dúvida, a vida é uma categoria superior à da matéria inerte. A psique não chega a ser uma categoria espiritual mas constitui uma categoria superior à da vida.

Todo processo material, entretanto, é inseparável do tempo. Qualquer processo, portanto, que exista fora do tempo ou contra o tempo, não pode ser material e por isso não pode filiar-se ao reino da natureza.

Nesses outros processos, a finalidade pressupõe providência, providência e liberdade.

O homem só se torna digno quando descobre e vive valores. Se o homem está condenado a ser livre, como diria SARTRE, não pode deixar de escolher valores e de eleger uma ética.

Ao contrário do que pode parecer, há tanta certeza em ética quanto em matemática. Não poder dizer-se se assassinar é ou não mal é tão absurdo quanto não poder dizer-se se $2 + 2$ são ou não 4.

Se algo não pode ser realizado por toda a humanidade, dentro do princípio finalístico, não constitui um valor. É fácil assim desclassificar como pretensos valores a homossexualidade e o aborto.

7. Às vezes, o valor não é valor em si mesmo mas apenas valor — meio ou instrumento. É o caso, por exemplo, da prosperidade material, que só é valiosa para possibilitar o desenvolvimento daquilo que é valioso por si próprio.

Os valores das coisas são valores derivados ou valores instrumentais, valiosos pela eficácia que têm na realização de valores pessoais.

De vez em quando praticamos ações indiferentes, sem qualquer reflexo axiológico. Mas tal indiferença não pode existir em todos os momentos de nossa vida. São muitas as situações de cada dia que

nos comprometem com o bem ou com o mal, sem que nos possamos colocar em posição neutral.

Nesse caso, os valores são os fins que dão sentido à vida humana.

Não chegamos a aceitar o intelectualismo ético de SÓCRATES, que pensava que todas as virtudes eram apenas espécies de prudência, mas estamos com ARISTÓTELES certo de que as virtudes não existem sem a prudência e a reflexão.

Todos os autênticos valores têm validade intrínseca, valiosidade por si mesmos, sem qualquer derivação. São, pois, irreduzíveis uns a outros.

Os valores instrumentais são em geral os valores econômicos. Mas os demais valores nunca podem ser instrumentalizados, quer descendente, quer ascendentemente. São os genuínos valores — éticos, estéticos e ascéticos.

A teoria da objetividade do valor é perfeita quando aplicada aos valores genuínos, deixando de aplicar-se aos valores derivados ou econômicos, a que se ajusta melhor a teoria subjetivista.

8. A intenção ou meta no momento (*Ziel*) não é propriamente um *fim*, por ter apenas sentido subjetivo. Menos ainda o término (*Ende*) será um *fim*. *Fim* (*Zweck*), como valor, só ele é objetivo e só ele pode dar sentido à vida humana.

Se a vida humana é mais valiosa que a de qualquer animal, é tão só porque tem reflexos axiológicos.

A vida humana é valiosa na medida em que se torna meio para alcançar a virtude, que é o seu fim.

Uma viagem fica incompleta se fica no meio. Mas uma vida jamais é incompleta se é idônea. A qualquer momento que acabe, cumpriu-se. Em vez de viver muito, é mais importante viver bem.

A própria economia, para ser verdadeiramente humana, há de ser eficaz e valiosa a um só tempo, para fazer consumível a matéria com um mínimo de gasto e um máximo de aproveitamento. Apesar do caráter fronteiriço da economia, de certo modo sujeita à lei da causalidade, não se pode dissociá-la, em grandes linhas, da ética.

9. De acordo com BRENTANO, o traço diferencial entre o físico e o psíquico está na intencionalidade desse último.

Nas pegadas do psicologismo, de meados do século XIX a meados do século XX, surgiram ALEXIUS MEINONG, CHRISTIAN VON EHRENFELS, OSKAR KRAUS e RICHARD MÜLLER-FREINFELS.

Os dois primeiros sustentaram celeberrima polêmica na época. De acordo com o primeiro, só os objetos presentes podiam ser valiosos. De acordo com o segundo, podemos também valorizar os objetos ausentes, jóias, por exemplo, que não temos. Daí não buscarmos no valor o prazer, mas o desejo. O valor consistiria então na desejabilidade. Quanto mais fortemente desejamos, tanto mais alto será o valor que a coisa desejada terá para nós.

O subjetivismo teve larga acolhida entre os anglo-saxões, sobretudo nos Estados Unidos da América, onde encontramos MÜNSTERBERG, WILLIAM STERN, JOHN DEWEY e RALPH B. PERRY.

Para PERRY, o fundamento do valor não é o prazer nem o desejo mas o interesse. Escusado é dizer que a teoria de PERRY se aplica como uma luva aos valores econômicos.

Relativizar o valor corresponde a tornar absoluta a violência e a barbárie. Surge então a lei do mais forte como único valor objetivo. Na sem-razão de NIETZSCHE, encontramos o único pensador coerente consigo mesmo.

10. SCHELER nunca chegou a separar de todo o valor de seu depositário.

Contudo, SCHELER chegou a três conclusões muito importantes na axiologia: à intuição material do valor; à fundamentação total do valor em Deus; à divisão do valor em pessoal e não pessoal.

Nessa perspectiva, os valores econômicos são valores derivados ou de coisas e os valores éticos, estéticos e ascéticos valores próprios ou pessoais.

Os valores pertencem ao mundo das idéias de PLATÃO, ao mundo das formas de ARISTÓTELES ou ao mundo das essências da Escolástica.

Mas o ente ideal dos valores não constitui apenas essência senão também princípio, dentro do pensamento de HARTMANN. Os valores são objetivos, provenientes de um dever-ser e dotados de grande dignidade. Graças à liberdade humana, o real-ideal transforma-se no real-atual. O homem transforma, assim, o não-ser em ser, coisa impossível em outros domínios.

PLATÃO imaginou um mundo de idéias eternas e imutáveis, centralizadas pela idéia de Bem. Na trilha do pensamento humano, descobrem-se então três tipos dessas idéias: as verdades formais da lógica e da matemática, as categorias ontológicas ou formas dos seres físicos e as categorias axiológicas ou valores.

PLATÃO não falou em valor mas fez menção às suas três esferas básicas: ao verdadeiro, ao belo e ao bom, embora saibamos, quanto ao primeiro desses valores, que ninguém até hoje conseguiu construir a série infinita dos números: a lógica matemática encontrou sempre esta dificuldade insuperável.

A imperfeição que vislumbramos nos valores não está nos valores mesmos mas em sua realização, que depende sempre do homem.

Podemos definir o valor como algo que só encontramos nas ações humanas. No fundo, eles são perfeições divinas participadas. Quando o homem é fiel aos valores, estes transformam-se em perfeições, desaparecendo o vácuo que separa o ser do valor.

Os valores não são, assim, meros ideais, objetivando-se na sua realização concreta. O platonismo das idéias tende desse modo à solução metafísica e teísta.

11. A vitória da finalidade leva-nos a uma concepção espiritualista; a da causalidade a uma doutrina materialista.

O homem é causa de todo bem e mal que pratica. Como ser participado, o homem é produto da natureza e existência; como sujeito, criador de sua própria história, é pessoa humana. Como sujeito, possui um entendimento e uma vontade, capaz de pensar e amar. Nele, a existência e o valor são participados, o ser e o bem participáveis. O pecado é a antítese da participação, ou, numa terminologia mais moderna, autodestruição.

A liberdade moral é um conceito positivo. Esta foi a maior contribuição axiológica de KANT. Já não estamos aqui no chamado mundo da natureza. Por liberdade entende-se autonomia, ou a propriedade da vontade de ser lei para si própria. Tal lei, entretanto, não pode ser arbitrária, indiferente ou indeterminada, mas há de ter, sem dúvida, conexão com o valor ou o bem. Dentro do aspecto da causalidade, a liberdade há de ter dois efeitos: a ação valiosa e a ação antivaliosa. Daí a expressão mais exata: liberdade moral. A liberdade

torna-se então causa metafísica do valor. Pela liberdade, o homem alcança o infinito.

SARTRE entende que a vida humana carece de sentido ou de finalidade. O homem seria então uma paixão inútil. E a única saída para o homem seria o suicídio, como entreviu CAMUS.

Se os valores são só idéias, a quem ofenderia o homem por seu comportamento? Mas os valores são autênticos primeiros motores, no sentido aristotélico. HARTMANN errou quando imaginou que a liberdade perante os valores fosse também positiva. Para ele, a liberdade é um poder de determinação independente não só da causalidade da natureza como da finalidade dos valores. A liberdade é ampla nos dois sentidos.

Ao violar valores, o homem age com tanta legitimidade como quando os acata. Não podemos compreender, portanto, os valores absolutos que descreve, decorrentes da intuição material axiológica. Para HARTMANN, só a liberdade humana é realmente valiosa.

No fundo, porém, há um determinismo inferior da natureza como, um determinismo superior dos valores. Por isso, ergue-se a liberdade humana ambivalente: positiva para a natureza e negativa para os valores. Deste raciocínio, concebe-se a Ciência Econômica como fruto do exercício legítimo da liberdade do homem.

No reino da natureza, tudo que existe é, via de regra, bom, belo ou harmonioso. No reino da liberdade, porém, os homens pisam muitas vezes, sem nenhuma sanção, a grandeza sem par dos valores.

O sujeito ou homem é pessoa enquanto ser racional ou enquanto portador de liberdade moral. Se sujeito é ser racional, pessoa é ser livre ou dotado de vontade e não apenas de entendimento ou razão.

As substâncias inanimadas caracterizam-se pela forma exterior, os vegetais pela vida, os animais pela psique, o homem pelo espírito, poder unificante que o sintetiza na substância primeira caracterizada pelo grau máximo de unidade interior.

Está claro que a filosofia dos valores parece estar mais no plano da liberdade que no plano do entendimento. Por isso, o entendimento parece estar subordinado à vontade. Mas daí não se pode concluir que a vontade tenha primazia real sobre a razão.

SANTO TOMÁS defende a primazia da razão sobre a liberdade. É intelectualista. Para ele, "a raiz de toda liberdade está na razão".

Mas a liberdade faz do homem um drama e não uma coisa, como disse ORTEGA.

Por isso, a filosofia dos valores enfatiza sobretudo a vontade. A única fonte do mal estaria, portanto, na malícia do espírito ou na falta de controle das paixões corporais pela liberdade. Para construir uma sociedade mais justa, há de o homem, aliás, dominar suas próprias paixões.

O homem, porém, nunca poderá anular-se como pessoa, pois o mal que pode inclusive fazer a si mesmo jamais será infinito.

12. A virtude por excelência é a humildade, do mesmo modo que o vício capital é a soberba. Em segundo lugar, vem a virtude da perseverança, necessária para que nosso comportamento se faça de fato valioso. Para coroar a humildade e a perseverança, impõe-se, por último, a prudência, a quem cabe o exame das circunstâncias para perfeita equação da situação concreta.

Os conflitos de valor resolvem-se muitas vezes pela lei da força, deixando-se de realizar o valor mais alto como um mal menor. Assim, o médico mente ao doente para evitar situação pior; a vítima de um assalto mata o assaltante para evitar a própria morte; o miserável faminto rouba sem cometer crime.

O próprio suicídio, embora rarissimamente, pode ser justificado, como foi o de Santa Pascásia durante a perseguição de Diocleciano. Subindo para vestir suas melhores roupas enquanto os soldados a esperavam, atirou-se ao solo, morrendo instantaneamente. Podia ter sofrido pacientemente a morte por não renegar a fé, mas sabia que os soldados a violariam antes de ser levada ao sacrifício. Empregou então sua vida como meio para realizar valores.

A prudência é virtude de forte conotação intelectual, surgindo da relação entre liberdade e inteligência.

13. Se o bem é para muitos atuar de acordo com a natureza; para outros, segundo a lei natural; para outros ainda de acordo com o imperativo categórico, para o axiologismo é atuar de acordo com os valores, verdadeiros fins da vida humana.

A ética há de ser normativa ou deontológica, assinalando um *fim*, que é uma direção ou *dever ser*.

Na esfera do econômico, não há verdadeiramente fins senão meios, pois a sua atuação é de mera instrumentalidade.

As verdadeiras categorias axiológicas são as éticas. Assinalando um caminho que deve ser seguido, só dão lugar à liberdade quanto aos meios, pois os valores éticos devem ser. Com relação aos fins, não há sequer possibilidade de opção.

Assim, enquanto os valores estéticos-ascéticos representam um aperfeiçoamento, os valores éticos são obrigatórios *semper et pro semper*, tornando culpáveis os que não os observam e passíveis, portanto, de sanção.

14. Direito e Axiologia completam-se, pois não se pode compreender direito sem orientação para determinados valores. Como diz COING, o direito está a serviço de fins como a justiça, a liberdade, a igualdade, a segurança e a paz. Mas não só. O direito, dirigido por valores, está dirigido também pela hierarquia destes. Por não se poder comprar uma obrigação moral, é nulo um matrimônio que se tenha contraído por meros interesses financeiros.

A missão por excelência do direito é defender a liberdade positiva, não havendo direito sem liberdade moral do homem. Por isso, não em efeitos jurídicos os atos evitados de erro, dolo, coação, simulação e fraude.

Não é atoa que os valores éticos fundamentais são protegidos por todos os sistemas jurídicos. Com redobradas razões, o *neminem laedere* e o *suum cuique tribuere*, sobretudo, são altamente defendidos.

Das idéias que serviram de fundamento ao direito natural, duas são por assim dizer inquestionáveis: a idéia de justiça e a idéia de liberdade moral.

Tal direito, antes axiológico que natural, teria por princípio proteger a liberdade e os valores éticos mais sociais, ainda que pela coação.

O direito deixa de ser direito quando protege antivalores, quando força a realização de valores por determinada via, quando estabelece desproporção entre a sanção e a ameaça à sociedade, quando interfere no campo dos valores pessoais e não sociais e quando se constitui o poder público sem os imperativos da liberdade, da igual-

dade e da democracia (v. JOSÉ MARIA MENDES, *Valores Éticos*, Madrid, Bravo Murillo 36, 1978, pág. 476).

15. A classificação dos valores ou das virtudes desafia a sagacidade dos axiólogos. ARISTÓTELES, SANTO TOMÁS e HARTMANN tentaram, entretanto, com mais bom êxito, fazê-lo.

A rigor, não existem valores consubstanciados no eu. O homem não é em si um valor. Deus é, no caso, o verdadeiro valor em si e por si. A própria liberdade não é, senão impropriamente, um valor. De modo idêntico, a vida, a saúde etc. O valor tem que ser sempre compreendido sob o princípio da finalidade, como aquilo que deve ser. A própria felicidade não é também um valor em si, mas apenas o resultado de realização de valores.

Igualmente, os valores econômicos não são valores éticos, pelo seu caráter nitidamente instrumental.

Das quatro virtudes cardiais, a prudência e a fortaleza não são, de modo análogo, propriamente virtudes ou valores materiais, sendo, de preferência, atitudes básicas assumidas pela liberdade em face dos valores. A temperança, porém, embora com a justiça constitua valor material, apresenta de certo modo maior objetividade que a justiça, que não tem sido suficientemente concretizada.

Alguns valores mais baixos têm-se tornado na atualidade objeto de reivindicação constante e calorosa. A igualdade e a democracia, por exemplo, têm sido altamente prioritárias. Igualmente, a ênfase do social, na mensagem de fundo socialista ou comunista.

16. Ante o respeito à natureza em geral, o valor mais baixo corporifica-se no respeito à natureza material, incluída a vida humana, suporte para nós do espírito. O valor mais alto, por sua vez, é o respeito às demais pessoas humanas, dotadas de liberdade.

Com relação ao mundo, devemos ter sempre viva a idéia de que à ciência não cabe conquistá-lo mas, ao contrário, envidar esforços para viver bem nele.

Quando respeitamos a vida humana, podemos respeitar a própria vida ou a vida alheia. O primeiro dever é mais forte que o segundo, mas este mais alto que o primeiro. Em virtude de tal hierarquia é que se torna justa a legítima defesa. No caso de conflito, antepõe-se o respeito à própria vida ao respeito à vida alheia. Se

entre os dois valores um há de ser preferencialmente violado, este há de ser, de modo necessário, o mais alto. Por isso mesmo, o suicídio é, em geral, mais grave que o homicídio.

Quando a pátria é injustamente atacada, entretanto, seria mesquinho salvar a pele em detrimento dos demais. Por isso, o anônimo soldado desconhecido compara-se ao herói-mártir, embora seu procedimento axiológico não tenha aparentemente a grandeza deste.

17. A superioridade ontológica do homem sobre os demais animais está na dignidade de sua liberdade. Por ela, pode abster-se o homem, temporária ou definitivamente, do uso do sexo, por exemplo. A abstenção pode, assim, ser usada a serviço de valores que fazem a honra do espírito humano.

A falta de respeito à pessoa humana revela-se quando não se lhe dá os elementos necessários para viver como pessoa, quer no âmbito pessoal, quer no âmbito social. Viola-se, assim, a paz, quando não se respeita a igualdade social, que deve ser independente do sexo, da raça, da cor ou da religião. As discriminações, portanto, nesse setor, são verdadeiras arbitrariedades do mais forte em detrimento do mais débil.

No setor pessoal, porém, já a igualdade não há de imperar, pois nele os valores não de ser altamente personalizados. Por tal razão, o Estado não pode uniformizar a cultura, inclusive proibindo as línguas das minorias.

O respeito à pessoa não deve ir a ponto de reconhecer-lhe o direito de realizar antivalores. É preciso lembrar também que os valores mais altos não devem impedir os valores mais baixos da ordem social. A realização de valores superiores não pode justificar a não realização de valores inferiores. A objeção de consciência não pode, por exemplo, impedir a participação numa guerra justa.

18. Dentro da paz, podemos distinguir quatro subvalores: igualdade, democracia, suficiência e subsidiariedade.

Com relação à igualdade, podemos lembrar a proclamação do art. 1.º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão promulgada pela Revolução Francesa: "Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos."

Quanto à democracia, é ela um autêntico valor, pois nada mais natural que o homem se governe a si próprio.

Quanto à suficiência ou respeito à propriedade, remetemos o leitor às nossas elucubrações sobre a função pessoal e social daquele direito.

Finalmente, quanto à subsidiariedade, lembramos que, quando uma sociedade menor pode desempenhar determinadas funções, não é válido que tais funções sejam desempenhadas por sociedade maior.

19. Em sentido exato, o vocábulo *justiça* significa dar a cada um o devido, mas uma das espécies de justiça consiste na *solidariedade*, em que cada um dá o devido à sociedade. Dessa última justiça, são subvalores a participação política, a obediência social e o trabalho. O trabalho, por exemplo, é um valor e em sua realização habitual uma virtude.

A equidade, que é a justiça particular, apresenta três subvalores, que são: a veracidade, a lealdade e a gratidão, esta às vezes sem igualdade estrita. Aliás, a dívida da gratidão é bem mais pessoal que a dívida mercantil.

20. Entre os valores de autodomínio, a temperança evita o desejo imoderado de ser, como a sobriedade o de ter.

Dentro da temperança, podemos vislumbrar três subvalores: a mansidão, contrária à ira; a castidade, contrária à luxúria; e a valentia, contrária ao medo.

Tais valores beneficiam mais a sociedade que a pessoa, por mais que a impressão geral não seja essa.

A temperança é mais baixa e mais forte que a sobriedade e tem por isso prioridade sobre esta.

Dentro do controle do desejo de possuir, podemos encontrar três subvalores: austeridade, modéstia e discrição.

É patente o reflexo social benéfico da austeridade, afeita à rejeição dos gastos suntuários e supérfluos. Igualmente benéfica é a ação da modéstia e da discrição sobre a vaidade e a frivolidade.